

Carta de Aviso aos navegantes

O discurso pronunciado pelo Presidente da República no Instituto dos Advogados, no Rio, é bem mais importante do que a entrevista concedida na véspera aos correspondentes estrangeiros, cuja tônica foi a generalidade.

Ao falar aos advogados, o Presidente parecia estar falando ao seu próprio ministério, heterogêneo e desunido. Basta que se atente para esse trecho:

“Temos que manter a unidade conquistada nas ruas e nas conversações políticas. Devemos abdicar de posições de seita e dogma e encontrar, no centro político, a força para seguir adiante”.

Trata-se de uma defesa, é claro, do pacto político proposto pelo chefe do Governo e ignorado por seus ministros da área econômica e social, que já agem com o desembaraço de quem pensa que o pacto acabou de ser assinado.

Os problemas de relacionamento entre ministros, ou destes para com o Presidente da República, são questões domésticas do Governo só até o ponto em que não confundem e complicam a vida do País. A partir daí, torna-se uma questão nacional, pois afeta os interesses de toda a sociedade.

O discurso aos advogados é oportuno, também, na parte de afirmação de intenções e de propósitos do Presidente da República quanto aos direitos dos cidadãos diante dessa Besta do Apocalipse em que se converteu o Estado no Brasil. Disse o Presidente:

“Os Estados realmente fortes são aqueles que concedem o máximo de liberdade à cidadania e, em troca, recebem da cidadania a adesão indispensável aos projetos nacionais que executem”. Um conceito correto, ainda que incompleto, pois não compete ao Estado conceder a liberdade do indivíduo, mas apenas reconhecê-la e respeitá-la.